

**ACTA**

Aos sete dias do mês de Maio do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador Rui Vítor Costa – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte deliberou há cerca uma semana, mais propriamente a 29 de Abril de 2009, tomar uma posição clara e inequívoca na defesa da instituição das regiões administrativas em Portugal. O referido Conselho Regional constituído, entre outros, por todas as Câmaras Municipais da Região Norte votou o documento por unanimidade. O documento, designado por Declaração da Alfândega defendeu que é imperioso “instituir, em concreto, as regiões administrativas durante a próxima legislatura”, reclamou para as populações do Norte “um papel mais activo e efectivo na construção de um País mais democrático e coeso em termos económicos, sociais e territoriais”, recusando a ideia de um país a duas velocidades em que existem regiões motoras e regiões assistidas. A mensagem política da Declaração teve tanto de claro como de oportuno. A condução política do referendo sobre a instituição em concreto das regiões

administrativas, votado a 8 de Novembro de 1998, colocou muitos de nós em lados opostos, mesmo dentro das opções políticas que cada partido entendeu considerar como suas. Hoje, passada uma década de um cada vez mais furioso e irracional centralismo, é para nós pacífico que qualquer dos perigos então apontados à regionalização é absolutamente irrelevante face às sucessivas directivas centralistas que têm, por exemplo, asfixiado a nossa Região e o seu histórico dinamismo. Passámos de uma dos principais motores da economia para uma das regiões mais deprimidas da Europa, não só por conjunturas internacionais adversas mas, fundamentalmente, porque não ter havido da parte do Estado Central a preocupação de conciliar o investimento público com a “economia real”. E continua a não haver. Saudámos, por um prisma estritamente formal, a posição da Câmara Municipal de Guimarães. Não compreendemos, por outro lado, como uma posição política tão relevante quanto esta que foi vertida da Declaração da Alfândega não tenha contado com o devido envolvimento das forças políticas representadas neste órgão. Não está naturalmente em causa a legitimidade da tomada de posição mas a sua força e o seu significado político. E, neste caso, perdeu-se uma excelente oportunidade para envolver os vários interesses partidários num superior interesse comum”. **2**

– Vereador José Manuel Antunes – Disse querer fazer um reparo pelo facto de o PSD ter tomado conhecimento pela Comunicação Social que o IGESPAR havia manifestado reservas quanto a alguns dos 5 projectos anunciados para Guimarães, bem como que a Câmara havia desistido da aquisição do Teatro Jordão. **3 – Vereador Carlos Vasconcelos** – Partindo do conteúdo de um panfleto distribuído pelo candidato do PS à Junta de Freguesia de Caldelas, em que este anunciava que esteve presente em várias reuniões na Câmara Municipal de Guimarães, tendo conseguido garantir a criação de um Lar de Idosos na freguesia, solicitou



esclarecimentos ao Presidente da Câmara perguntando se a Câmara Municipal de Guimarães reúne com candidatos às Juntas de Freguesia e se os reconhece como parceiros institucionais. **4 – Vereador Armindo Costa e Silva** – Na sequência de uma notícia publicada sobre os transtornos causados pelas obras em curso na Estação Central de Camionagem, esclareceu que o projecto de intervenção tinha sido apresentado aos operadores numa sessão realizada no passado dia 4 de Fevereiro, tendo o representante do Sindicato de Transportes Rodoviários sido convidado a participar nessa reunião. Acrescentou que, na sequência do contrato celebrado com a SONAE, foi realizado um estudo por uma equipa da Universidade do Minho com o objectivo de ser encontrada uma solução para o projecto de ventilação do espaço. **5 – Vereador César Machado** – Na sequência da intervenção do Vereador Rui Vítor Costa, prestou esclarecimentos sobre a “Declaração da Alfândega” do Conselho Regional da CCDRN; **6 – Vereadora Ana Amélia Guimarães** – Perguntou se o ar da Estação Central de Camionagem actualmente, e desde que entrou em funcionamento, era de má qualidade, considerando que só agora se vai fazer uma intervenção a este nível. **7 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Vasconcelos confirmou que a Autarquia recebeu do Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa um pedido de terreno para concretizar uma candidatura à instalação, em Caldelas, de um Lar de Idosos, acrescentando não ter nenhum acordo com o candidato; **b)** – Sobre as notícias veiculadas na Comunicação Social disse que sempre informa a Câmara de tudo o que é importante; **c)** – Sobre a “Declaração da Alfândega” do Conselho Regional da CCDRN, disse que o importante era convencer os partidos políticos a entenderem-se a este nível. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

PROTECÇÃO CIVIL – REALOJAMENTO DE FAMÍLIAS VÍTIMAS DE INCÊNDIO EM PRÉDIO NA TRAVESSA DE CAMÕES

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Decorrente da vistoria técnica dos Serviços Municipais de Protecção Civil ao prédio n.º 7, da Travessa de Camões, que verificou a situação de risco do referido prédio provocado por um incêndio que deflagrou no dia 31 de Março de 2009, foram alojadas 14 pessoas numa residencial durante um período de tempo de sete dias, de 31 de Março de 2009 a 6 de Abril de 2009. O Sr. Presidente da Câmara, responsável pelos Serviços Municipais de Protecção Civil, desencadeou um plano de acção para socorro e assistência às famílias afectadas, proporcionando, juntamente com o proprietário do respectivo prédio afectado, a limpeza e as condições essenciais para o regresso das famílias às suas habitações. Das sete fracções do prédio urbano em regime de arrendamento, conseguiu-se reabilitar seis fracções proporcionando, assim, que seis famílias pudessem regressar às suas respectivas habitações. Assim, submete-se à ratificação do executivo o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Abril de 2009, relativo às despesas de realojamento com as famílias vítimas do incêndio decorrido na Travessa de Camões”.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da instalação dos serviços da Polícia Municipal no edifício sito no Largo Condessa do Juncal, no próximo dia 19 de Maio, na sequência das obras de adaptação do edifício dos Paços do Concelho para a criação de um Balcão Único de Atendimento; **2** – Da seguinte informação do Departamento de Serviços



Urbanos e Ambiente: “**Nova Varredora Mecânica** – No âmbito do Plano de Acção da Melhoria da Qualidade do Ar, foi colocada ao serviço da Divisão de Salubridade e Ambiente uma nova varredora mecânica, no valor de €80.988,00. A varredora, dotada de motor a diesel, cumpre a directiva EURO IV, relativa a emissão de gases poluentes, garantindo, através do sistema de pulverização de água, as exigências da legislação relativa à emissão de partículas em suspensão PM10. Realça-se neste âmbito o sistema de reciclagem de água que, para além de aumentar a autonomia da máquina, permite reduzir o consumo de água durante as operações de varredura e diminuir os tempos de paragem para reabastecimento dos tanques. O desempenho da sucção em velocidades de motor baixas reduz o desgaste nos componentes chaves e maximiza a eficiência de combustível, assim como, o tempo produtivo no local, permitindo operações de baixo ruído. As suas dimensões compactas garantem uma grande maneabilidade no acesso a espaços exíguos, como passeios, ruas com carros estacionados, parques de estacionamento e, em particular, ao Centro Histórico, sem prejuízo da capacidade de recolha de 2,0 m³. A máquina permite ainda, através de um mangote de aspiração, limpar sarjetas e papeleiras, entre outros locais de acessibilidade específica;

3 – Da seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Mini painéis para colocação de propaganda política – Considerando os três actos eleitorais agendados para o ano em curso, e como o objectivo de obstar à colagem indiscriminada de cartazes de propaganda eleitoral, designadamente em fachadas de edifícios e em mobiliário urbano, a Câmara irá proceder à instalação de 8 painéis, com a dimensão de 3m² (2mx1.5m). A montagem ocorrerá em locais com visibilidade, sem interferir com a estética dos lugares, a saber: Alameda Dr. Alfredo Pimenta (rotunda com Avenida Conde Margaride); Alameda Dr. Alfredo Pimenta

(Escola Francisco de Holanda); Alameda Dr. Alfredo Pimenta (rotunda dos Bombeiros Voluntários); Rua Cónego Dr. Manuel Faria; Praceta Rotary Club (Universidade); Avenida Conde Margaride (entroncamento com a Avenida de Londres); Avenida D. João IV (entroncamento com a Avenida D. Afonso Henriques); Avenida D. João IV (rotunda adjacente ao Parque de Estacionamento da Estação de Linha Férrea)”; **4** – Da lista de candidaturas apresentadas pelas entidades locais para Lares de Idosos. Disse que, muito provavelmente, a Câmara, tal como fez com as demais instituições locais, deverá apoiar estes investimentos. **5** – Do ofício de Estradas de Portugal, S.A. referindo que a Via de Nespereira foi declarada ponto negro em 2008 e que aquela empresa, em conjunto com o ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária estará no local em 22 de Junho para avaliar a situação e tomar posteriormente medidas para redução da sinistralidade verificada no local. -----

Pelas 10.45 horas ausentou-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. --

6 – Do Protocolo celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional tendo como objectivo principal definir a participação do Município de Guimarães na implementação das medidas adoptadas pelo Governo para melhorar os níveis de empregabilidade, estimular a (re)inserção no mercado de trabalho e melhorar a qualidade do emprego, nomeadamente no âmbito da “Iniciativa Emprego 2009”; **7** – Disse ter reunido recentemente com o Director dos Agrupamentos de Centros de Saúde de Guimarães e Vizela tendo demonstrado o empenho da Autarquia em alargar a oferta de estacionamento junto ao edifício do Centro de Saúde Prof. Arnaldo Sampaio, em Urgezes. Disse, ainda, que já decorreram negociações com o proprietário de um terreno para se alargar o aparcamento com a criação de mais 40 lugares; **8** – Relativamente à situação da Extensão de Briteiros S. Salvador da Unidade de Saúde



Duvida disse que não está em risco a sua continuidade, tendo a Administração Regional de Saúde do Norte reconhecido a necessidade de realização de obras nos pólos das Taipas e Briteiros. -----

Pelas 10.50 horas regressou a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

9 – De uma informação da VIMÁGUA relativa à rede de abastecimento de água e saneamento nas Ruas 24 de Junho, Fonte Cova e Travessa do Montinho, na freguesia de Ponte. **10** – Da recepção da delegação escolar que tutela as escolas secundárias, onde foi informado que, no âmbito da segunda fase do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário em curso, todos os estabelecimentos do ensino secundário vão ser contemplados com obras que permitem a criação de condições para a formação de mais turmas, sendo que a intervenção nas Escolas Secundárias Francisco de Holanda e Caldas das Taipas permitirão aumentar a capacidade até mais 15 e 20 turmas, respectivamente. No que diz respeito à Escola Secundária Martins Sarmiento, disse estar a ser elaborado o projecto de intervenção. Acrescentou, ainda, que há um grande empenhamento da Autarquia e da Direcção Regional de Educação do Norte para a construção de um pavilhão gimnodesportivo na EB 2,3 de Fermentões. **11** – De uma reunião dos Ministros da Cultura da União Europeia a realizar no próximo dia 12 de Maio, sendo que da agenda da sessão consta a discussão e votação da proposta de candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura, em 2012; **12** - O Presidente da Câmara convocou os membros do Órgão Executivo para uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 12 de Maio, pelas 09:00 horas, para aprovação da seguinte proposta: Criação do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central e Constituição da Sociedade Anónima Adjudicatária da concessão do mesmo – Emissão de Parecer. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“ESCOLA EB1 DE CALVÁRIO N.º 2 – PORTELINHA, FREGUESIA DE SERZEDELO – USUCAPIÃO** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 de Calvário n.º 2 – Portelinha, da freguesia de Serzedelo. Prédio urbano situado na Rua Torres Carneiro, da freguesia de Serzedelo, com a área total de 700,00 m2, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1914º, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida em 14 de Abril de 2009, destinado a escola EB1 da referida freguesia, com o valor patrimonial de €48.670,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). De acordo com testamento de 16 de Junho de 1926, José Pereira Torres Carneiro, natural da freguesia de Serzedelo, deste concelho, falecido a 29 de Março de 1935, deixou à Câmara Municipal de Guimarães *“duas mil libras do empréstimo brasileiro quatro e meio mil e oito centos e oitenta e tres para com este meu legado mandar fazer uma escola moderna com todo o conforto para rapazes e raparigas, na freguesia de Serzedelo, cuja escola deve ter o meu nome. ... Devo dizer que o legado que deixo à Câmara Municipal de Guimarães ficará sem efeito caso tenha mandado fazer a escola em minha vida.”* Embora não tenham sido encontrados documentos que confirmem se a referida escola foi construída com aquele legado e, apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do identificado edifício, desde tempos imemoriais tal prédio tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 50 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem



qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **II** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de Abril de 2009, que adjudicou o Fornecimento de 7.000 Toneladas de Betão Betuminoso – Concurso Público n.º 1/09 ao concorrente “José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.”, pelo preço contratual de €192.430,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (29%); **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 29 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**MUSEU DA INDÚSTRIA/NÚCLEO DE CURTUMES** – 1 – Por despacho do Vereador, com poderes subdelegados, Domingos Bragança, datado de 21 de Dezembro de 2007, foi a empreitada em epígrafe adjudicada à empresa COMBITUR – Construções Imobiliárias e Turísticas, SA pelo valor de €499.811,89 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €613.357,05 + IVA, correspondendo €499.811,89 + IVA a trabalhos da proposta inicial e €113.545,16 + IVA a trabalhos a mais, aprovados da seguinte forma: -----

| Designação | Despacho | Contrato | Valor | Percentagem |
|--------------------|------------|------------|------------|-------------|
| Trabalhos a Mais 1 | 30/10/2008 | 16/12/2008 | €62.233,55 | 12,45% |
| Trabalhos a Mais 2 | 02/01/2009 | 02/02/2009 | €51.311,61 | 10,27% |

3 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada são contratuais. **4** - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices

definitivos até Dezembro de 2008. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €13.724,00 + IVA. **5** - O valor parcial total dos trabalhos executados é de €627.081,05 + IVA, uma vez que a revisão de preços é provisória. **6** - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €627.081,05 (seiscentos e vinte e sete mil oitenta e um euros e cinco cêntimos) + IVA, do auto final no valor de €26.544,11 + IVA, do auto de Trabalhos a Mais no valor de €51.311,61 e do auto de revisão de preços no valor de €13.724,00 + IVA, elaborada nos termos do artigo 221º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março. **7** - Para cumprimento do disposto no nº1 do art.º 220º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. **8** - De acordo com o nº1 do art.º 222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 23 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: **CENTRO DE CIÊNCIA VIVA – 2ª FASE**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €349.362,36 + IVA, a satisfazer pela dotação 01:05:04:06. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do



procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €349.362,36 (trezentos e quarenta e nove mil trezentos e sessenta e dois euros e trinta e seis cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 270 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Fernandes Abreu – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução; **V** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 28 de Abril de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE – CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES**”, ao concorrente “Valentim José Luís & Filhos, S.A.”, pelo valor de €471.202,61 (quatrocentos e setenta e um mil duzentos e dois euros e sessenta e um cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no caderno de Encargos; **VI** – Do despacho do Vereador Armindo Costa e Silva, datado de 20 de Abril de 2009, que concordou com uma informação da Divisão de Património Municipal relativa à venda em Hasta Pública de 13 veículos abandonados

na via pública e outros, que se anexa. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **VII –** Do despacho do Vereador Armindo Costa e Silva, datado de 20 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: **“QUIOSQUES – HASTA PÚBLICA PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DO QUIOSQUE SITO NO LARGO CONDESSA DO JUNCAL –** Realizou-se, no passado dia 8 de Abril, pelas 10h00, no Salão Nobre desta Câmara Municipal a hasta pública para adjudicação do direito de uso privativo do quiosque sito no Largo Condessa do Juncal, nesta cidade de Guimarães, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 19 de Março de 2009. Desta hasta pública a Comissão lavrou a acta que se junta em anexo. De acordo com o ali exposto, não foi apresentada qualquer proposta de licitação do quiosque, tendo a praça ficado deserta. Coloca-se, assim, à consideração superior levar a conhecimento da reunião de Câmara o resultado desta hasta pública, aprovada por deliberação camarária, como supra se referiu”. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **VIII –** Dos ofícios da Assembleia Municipal números 101 e 102 que comunicam a aprovação, em sessão ordinária realizada no passado dia 17 de Abril, das seguintes propostas: **a)** – “Relatório e Contas do Município de Guimarães respeitante ao ano de 2008”; **b)** – “Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Guimarães, em Liquidação, respeitante ao ano de 2008”; **IX –** Dos ofício da Assembleia Municipal números 103 a 107 que comunicam a aprovação, em sessão ordinária realizada no passado dia 20 de Abril, das seguintes propostas: **a)** – Aquisição amigável de terreno necessário à construção do Novo Centro Escolar de Urgezes”; **b)** – “Mapa de Pessoal para 2009 – Alteração”; **c)** –



“Revisão Orçamental”; d) – “Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A. – Processo de Financiamento e Acordo Directo e Contrato de Garantias”; e) – “Trânsito – Alteração de Trânsito na Freguesia de Silvaes”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA DE CAMÕES, TRAVESSA DE CAMÕES, RUA DR. BENTO CARDOSO E RUA DA LIBERDADE – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de Arranjo Urbanístico da Rua de Camões, Travessa de Camões, Rua Dr. Bento Cardoso e Rua da Liberdade, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €1.027.653,00 (um milhão vinte e sete mil seiscientos e cinquenta e três euros) + IVA, a satisfazer pela dotação 09.01.41. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças

do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em exceder €1.027.653,00 (um milhão vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e três euros) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. 6. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com Projecto dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPAVIMENTAÇÃO DA EM 583 – 2.^a FASE – E EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de **Repavimentação da E.M. 583 – 2.^a fase – e Execução de Rede de Saneamento**, submete-se à consideração superior a presente proposta de



decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €1.349.637,38 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 09.01.02. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €1.349.637,38 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. 6. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não

seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com Projecto dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE CANDOSO S. MARTINHO – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta:

“Por despacho do Vereador Domingos Bragança, de 9 de Dezembro de 2008, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Centro Escolar de Candoso S. Martinho”. No entanto, e conforme estabelece o n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, aquela lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal, pelo que se submete a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

OBRAS PÚBLICAS – ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DO CARMO – 1.ª FASE – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta:

“Por despacho do Vereador Domingos Bragança, de 29 de Dezembro de 2008, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Arranjo Urbanístico do Largo do Carmo – 1.ª Fase”. No entanto, e conforme estabelece o n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, aquela lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal, pelo que se submete a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA – VENDA DE TERRENOS DE DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte proposta: “O Município é dono e legítimo possuidor das seguintes parcelas de terreno: -----

| Bem | Localização / Freguesia | Área aproximada | Valor base de Licitação | Confrontações |
|-------|-----------------------------------|---|-------------------------|---|
| Nº. 1 | Lugar do Monte de Além – Caldelas | 3.090m ² | € 149.140,74 | Norte – Joaquim Fernandes e Escola Secundária das Taipas Sul – Variante das Taipas Nascente – Maria José Ferreira Pinto Poente – Variante das Taipas |
| Nº. 2 | Lugar de Balteiro – Calvos | 1.280m ² (lote n.º 7 – Alv. Lot. 2/00) | € 39.590,00 | Norte – Caminho Público Sul – Caminho Público Nascente – Lote 1, 2, 3, 4, 5 e 6 Poente – Lote 8 |
| Nº. 3 | Parque Industrial Ponte | 597 m ² (lote n.º 1 – Alv. Lot. 29/95) | € 62.990,00 | Norte – Caminho Público Sul – Arruamento Nascente – Joaquim Ribeiro de Carvalho Poente – Lote 2 |

De acordo com os elementos constantes nos respectivos processos da Divisão de Património, e informações prestadas pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, tais parcelas não estão afectas a quaisquer fins ou actividade operacional camarária, nem se prevê, no futuro a construção de qualquer tipo de equipamento de utilidade municipal nos locais onde se situam os imóveis, pelo que não se justifica a sua manutenção no domínio privado da autarquia, não havendo assim qualquer inconveniente às respectivas vendas. Por outro lado, é necessário alocar recursos financeiros a projectos de interesse municipal, nomeadamente equipamento e infra-estruturas para uso público. Deste modo, a venda dos prédios supra identificados, corresponde à realização do interesse público municipal, constituindo uma forma de otimizar a satisfação do interesse público colocado a cargo do Município, através do

uso de competências legalmente atribuídas. Nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 169/99, compete à Câmara Municipal alienar os bens imóveis até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública. Ainda que no âmbito do exercício de competência própria do executivo municipal, acima mencionada, não o refira expressamente, o facto é que tem sido entendimento da Procuradoria Geral da República que a alienação de imóveis do património municipal deverá ser efectuada preferencialmente na modalidade de hasta pública. A venda em hasta pública deverá ser realizada de forma a respeitar os princípios que norteiam a actividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade, concorrência e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Mais se informa que os valores base de licitação indicados no quadro acima exposto, foram determinados com referência ao relatório elaborado por perito da lista oficial, no caso da parcela n.º 1, sendo que para as restantes parcelas foram calculados com base na Simulação do Valor Patrimonial Tributário, instrumento disponível no sítio da Internet das Finanças, todos acrescidos dos custos administrativos dos respectivos processos. Assim, submete-se a aprovação da Câmara Municipal a venda em Hasta Pública das supracitadas parcelas de terreno, conforme Regulamento que se anexa (**Doc. 1**), devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo do Município e das freguesias onde se localizam as parcelas de terrenos, e ainda no sítio da Internet, de acesso público, do Município. O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----



PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – “A OFICINA”, CIPRL – CONTRATO DE COMODATO DO CENTRO DE OLARIA DA CRUZ DE PEDRA – FREGUESIA DE CREIXOMIL – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Mediante escritura pública outorgada em 14 de Março de 1989, no Notariado Privativo deste Município, foi constituída a entidade denominada por “A Oficina” – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada. De acordo com os estatutos, aprovados por deliberação camarária de 5 de Julho de 1985 e consequente autorização da Assembleia Municipal em sua sessão extraordinária realizada em 19 de Outubro de 1985, relativa à integração da Câmara Municipal naquela Cooperativa, a “Oficina” tinha como seu objecto principal, entre outros, *“A recuperação, reactivação e gestão das Olarias da Cruz de Pedra”*. De acordo com o preceituado nos nºs 1 e 2, do artigo 5º, dos referidos Estatutos, o capital social inicial subscrito pela autarquia foi de 40.000 títulos, no montante total de € 99.759,58 (20.000.000\$00), sendo 4.000 títulos realizados em dinheiro, no valor de € 9.975,96 (2.000.000\$00), e os restantes 36.000 títulos realizados em bens patrimoniais, mediante a entrega dos seguintes imóveis: Conjunto das Antigas Olarias da Cruz de Pedra, pelo valor de € 24.939,89 (5.000.000\$00); Edifício da antiga Fábrica de Curtumes, sito na zona de Couros, pelo valor de €64.843,73 (13.000.000\$00). Sucede que sendo aqueles imóveis de inestimável valor cultural, e uma vez que necessitavam de obras de elevada envergadura com vista à sua recuperação, e para as quais a mencionada Cooperativa não dispunha de recursos financeiros, a Oficina, na procura de uma solução que permitisse o cumprimento dos seus objectivos estatutários, propôs o seguinte à Câmara Municipal: A substituição dos 36.000 títulos,

inicialmente sob a forma de bens patrimoniais, por numerário, no valor total de € 89.783,62 (18.000.000\$00). Após a recuperação dos indicados imóveis, a efectuar pela Câmara, deveriam aqueles prédios ser entregues à Cooperativa, visando as finalidades culturais para que estavam vocacionadas, Olarias e Museu dos curtumes, por um período não inferior a 10 anos, renovável por períodos iguais e sucessivos. Assim, em reunião camarária realizada a 4 de Setembro de 1997, a autarquia deliberou alterar aquela forma de aquisição dos títulos, tendo tal deliberação sido sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 3 de Outubro de 1997. Presentemente, e atendendo ao facto da Oficina estar a ocupar, desde há vários anos, o espaço destinado a Olarias para ali exercer actividades relacionadas com o artesanato, a Cooperativa irá apresentar, até ao próximo dia 18 de Maio, uma candidatura ao QREN no âmbito do concurso “Património Cultural” integrado no objectivo específico “Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade” do Eixo Prioritário III, cujos temas prioritários são a protecção e preservação do património cultural e o desenvolvimento das infra-estruturas culturais. Deste modo, esta abertura de concurso, apresenta-se como hipótese, provavelmente irrepetível, de se conseguir o financiamento para o desenvolvimento de um projecto que implica um investimento avultado. Neste sentido está a ser promovido o Projecto da Olaria da Cruz de Pedra – Interface para o Artesanato de Guimarães, permitindo a reabilitação dos Fornos da Olaria da Cruz de Pedra e consequente aproximação do artesanato a toda a comunidade local, contemplando a criação de núcleos oficiais dedicados às actividades de olaria e bordado de Guimarães. No aviso de abertura do mencionado concurso é referido, no seu ponto 6, que poderão ser entidades beneficiárias as “...*Instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel ou móvel...*”. Todavia, não possuindo a



Oficina de título formal quanto à guarda do imóvel a ser alvo de candidatura, vem aquela Cooperativa solicitar a cedência da utilização do edifício designado por Centro de Olaria da Cruz de Pedra, sito no gaveto entre a Rua das Lameiras e a Rua dos Moinhos, da freguesia de Creixomil. De acordo com despacho superior, emitido no passado dia 27 de Abril, a reabilitação dos Fornos da Cruz de Pedra é de vital importância, conferindo maior dignidade, condições de segurança e de higiene para quem lá trabalha, assim como para acolhimento de todos os visitantes. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades aqui invocadas, tendo a Oficina pronunciando-se favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência da utilização do identificado Centro de Olaria da Cruz de Pedra, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior”. A minuta do contrato-programa dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA A OBRA DA ROTUNDA E.N. 101 AO KM 106, JUNTO À URBANIZAÇÃO DO RIO, FREGUESIA DE PONTE – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência dos diversos contactos havidos com o proprietário da parcela de terreno necessária à concretização da obra acima indicada, foi determinado que a área a adquirir é de 1.172m². Nestes termos e porque o proprietário solicitou o pagamento de €30.000,00 pela parcela, foi contactado o perito da lista

oficial, no sentido de informar se tal valor seria admissível em sede de expropriação amigável. O perito pronunciou-se pela perfeita aceitabilidade do valor pretendido pelo expropriado, pelo que deverá ser submetido a aprovação camarária a aquisição da mencionada parcela de terreno, com a área de 1.172,00m², situada no Lugar do Rio ou Ponte, freguesia de Ponte, deste concelho, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, sob o nº. 2337/Ponte e inscrito na respectiva matriz rústico, sob o artº. 102º, a confrontar do Norte com o Rio Ave, Sul e Nascente com terreno sobrance e do Poente com E. N. 101, ao Sr. Abílio Crespo da Costa Meneses, pelo valor de €30.000,00, nos termos previstos no artº. 11º. do Código das Expropriações. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – VARIANTE DE CAMPELOS – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em reunião de 22 de Novembro de 2007, a Câmara Municipal deliberou requerer ao membro do Governo competente, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e autorização de posse administrativa das parcelas 5A e 5B, com a área total de 5.818,00m², necessárias à conclusão da obra de construção da Variante de Campelos. Todavia, e já no decurso daquele processo expropriativo, os serviços do DPPU remeteram a Património uma planta com um novo traçado da via, que altera completamente o anteriormente aprovado, o qual foi submetido à referida reunião para ser expropriado. Face à alteração do traçado inicial e por despacho do Sr. Presidente datado de 29 de Abril de 2009, foi decidido reiniciar as negociações e desistir da expropriação das parcelas 5A e 5B, nos termos e com efeitos previstos no artº. 88º do Código das Expropriações, pelo que



se torna necessário obter deliberação nesse sentido, a fim de pôr termo ao processo expropriativo junto dos interessados e da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL). À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACORDO DE COLABORAÇÃO – LOJA DO CIDADÃO – Presente, para ratificação, o Acordo de Colaboração celebrado entre a AMA, I.P. – Agência para a Modernização Administrativa, I.P., a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração e o Município de Guimarães, com vista à instalação de uma Loja do Cidadão na circunscrição territorial deste Município. O referido Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO SIMPLEX AUTÁRQUICO GUIMARÃES – Presente, para ratificação, o Protocolo Simplex Autárquico celebrado entre o Governo e os Municípios de Águeda, Cascais, Guimarães, Lisboa, Pombal, Portalegre, Porto, Redondo e Seixal, tendo como objectivo instituir um Programa anual designado Simplex Autárquico, que se anexa. O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DO INATEL – Presente a seguinte proposta: “A Fundação INATEL é proprietária de um Pavilhão edificado na década de 60 do último século, o primeiro espaço coberto a ser utilizado nas várias modalidades desportivas na cidade, que se encontra em estado de degradação e inaproveitável. Na sequência de conversações estabelecidas, foi encontrado um acordo entre a Câmara Municipal e a Administração daquela Fundação, segundo o qual a gestão do referido Pavilhão é cedida

ao Município a título gratuito e pelo prazo de vinte anos, ficando a encargo municipal a execução das obras da sua reabilitação. Considerando o grande interesse municipal de que se reveste a utilização do referido Pavilhão, proponho a ratificação do protocolo em anexo”. O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRA A CELEBRAR COM A VIMÁGUA, EIM,

SA – Presente a seguinte proposta: “O Município pretende lançar a concurso a execução da empreitada de “Repavimentação da EM 583 – 2.^a fase”; nas freguesias de Souto Santa Maria e Souto S. Salvador, neste concelho de Guimarães”. Entretanto, e como é já habitual, foi consultada a Vimágua, E.I.M, S.A. no sentido de saber se estaria prevista alguma obra para aquele local. A Vimágua, E.I.M., S.A. informou que pretende executar uma obra de “Rede de Saneamento na EM 583”; na freguesia de Souto Santa Maria, no mesmo traçado da obra que o Município vai levar a efeito, e propôs a execução conjunta das duas obras, o que permitiria para além de compatibilizar os prazos de execução, uniformizar as respectivas garantias das obras. Mais informou que, caso venha a ser entendido executar a obra em conjunto, a Vimágua, E.I.M., S.A. assumirá a totalidade dos custos relativos à construção dessa rede de saneamento, incluindo trabalhos adicionais e revisões preços, bem como disponibilizar o necessário acompanhamento técnico. Considerando que entendemos que a execução das duas obras deveria decorrer em simultâneo, através da realização de uma única empreitada de forma a permitir a compatibilização dos prazos de execução e a uniformização das garantias relativas à boa execução das obras (nomeadamente aterros de valas e reposição de pavimento), e considerando que a realização conjunta das obras minoriza o



impacto e os inconvenientes que irão ter para os utentes das vias a intervencionar, pelo facto de ser uma obra só, e não duas em espaços temporais diferentes, proponho a celebração com a Vimágua, E.I.M, S.A. de um Protocolo de Colaboração para Execução de Obra, conforme minuta que se anexa à presente proposta como doc. n.º 1”. A minuta do Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATO DE GESTÃO – CANDIDATURA AO PROJECTO-PILOTO PARA MEDIADORES MUNICIPAIS – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “A candidatura ao projecto-piloto para Mediadores Municipais promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP pressupõe colocar mediadores nos serviços das câmaras municipais ou em iniciativas promovidas por estas. Os Mediadores deverão ser preferencialmente de etnia cigana, residentes na área de intervenção da autarquia ou em concelhos limítrofes e propostos pelos municípios. A entidade interlocutora (Município), em sede de candidatura, deverá ainda prever uma entidade gestora, e esta deverá nomear um responsável pelo acompanhamento da componente financeira, organizar e o dossier financeiro do projecto actualizado; Por despacho de 23 de Abril de 2009, foi entendido que seria a CASFIG a entidade gestora. Anexo Minuta de Contrato de Gestão que deverá ser submetido a deliberação para aprovação. À consideração superior”. A minuta do Contrato de Gestão dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2009 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado aos

funcionários Paulo Jorge Fernandes Silva, com a categoria profissional de cantoneiro de limpeza e Carlos Alberto Carvalho Silva, com a categoria profissional de Encarregado. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de suspensão de 30 dias ao primeiro arguido e de repreensão escrita ao segundo arguido. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DE 30 DIAS AO PRIMEIRO ARGUIDO E DE REPREENSÃO ESCRITA AO SEGUNDO ARGUIDO**, com dez votos a favor e uma abstenção. -----

TURISMO – TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R. – QUOTIZAÇÕES DOS ASSOCIADOS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal de 9 de Outubro de 2008, sancionada pela Assembleia Municipal por deliberação de 21 de Novembro de 2008, o Município de Guimarães aderiu à Entidade Regional de Turismo do Norte, a “Turismo do Porto e Norte de Portugal”. À data da adesão ainda não tinha sido determinado, pelos órgãos sociais da nova entidade, o montante das quotas a pagar por cada associado. A assembleia geral daquela associação reuniu no passado dia 11 de Março e nela foi aprovada uma proposta apresentada pela Direcção relativa às quotizações dos Associados da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. para o exercício económico do ano de 2009. Ficou assim aprovado um valor de €1.500,00 anuais para os Municípios, a ser integralmente aplicado em acções de promoção turística. Proponho, assim, que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 2 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o pagamento de uma quota anual no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) anuais, a pagar à associação “Turismo do Porto e



Norte de Portugal”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 06.02.03.05. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

VISTORIAS ADMINISTRATIVAS (PROC. Nº 45/06) – PRÉDIO SITO NA RUA DA RAINHA, N.º 99 e 101 – FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CASTELO – REALIZAÇÃO DE OBRAS EM SUBSTITUIÇÃO DA PROPRIETÁRIA – Presente a seguinte

proposta do Vereador César Machado: “No âmbito do processo supra identificado, foi realizada uma vistoria na sequência da qual se verificou a necessidade de se executar obras no prédio sito na Rua da Rainha, nº99 e 101, da freguesia de Oliveira do Castelo. As obras em causa estão melhor descritas no auto de vistoria de fls. 13 a 15, que aqui se considera reproduzido. Notificada para o efeito, a proprietária não executou aquelas obras no prazo fixado, nem na prorrogação que posteriormente solicitou e lhe foi concedida. Realizada nova vistoria, em 29/4/2009, verificou-se o agravamento das condições de segurança do prédio, como decorre do auto de fls. 73 a 76, que também aqui se considera reproduzido. Do mesmo consta, expressamente o seguinte: “*Dado que após a vistoria efectuada em 14 de Junho de 2006, não foi tomada qualquer iniciativa para a preservação do edifício, as anomalias registadas no referido auto agravaram-se. Face ao exposto consideramos a situação de risco elevado, dado haver a probabilidade de ocorrer a queda de elementos integrantes da fachada do edifício para a via pública (caixilharias e beirais).*” Face ao exposto, propõe-se que se determine a execução coerciva das obras constantes dos referidos autos de vistoria, em substituição e a expensas da proprietária, tomando-se para o efeito posse administrativa daquele imóvel, tudo nos termos do disposto no art. 91.º e seguintes do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei nº 60/2007 de 4/09. Anexa-se: Autos de vistoria de fls. 13 a 15 e 73 a 76. Esta despesa

está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.02.03. Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Vítor Ferreira não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – PROJECTOS AO FUNDO DE COESÃO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Europeia (UE), que tem por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial. O Fundo de Coesão tem por finalidade conceder financiamentos a favor de projectos de infra-estruturas nos domínios do ambiente e dos transportes. Neste contexto a Amave realizou vários projectos ao abrigo do Fundo de Coesão, todos eles aprovados com parecer favorável do CA – Conselho de Administração dos Municípios. Assim, as comparticipações do fundo de coesão são de 81%, cabendo às Câmaras o pagamento de 19%. Deste modo o valor imputado a Guimarães será 35.18% (cota do Município) dos 19% das despesas do fundo de coesão, num total de 47 166,98 euros, de acordo com a tabela seguinte: -----

| Componente | Fornecedor | Comparticipação (19%) | Valor Total | Valor Imputado |
|------------------------------------|---------------------|-----------------------|-------------|----------------|
| Acções Informação e Sensibilização | Formato Verde | 35,18% | 20.000,00 € | 1.336,84 € |
| Acções Informação e Sensibilização | Formato Verde | 35,18% | 10.000,00 € | 668,42 € |
| Acções Informação e Sensibilização | Temática Específica | 35,18% | 7.962,00 € | 532,20 € |
| Acções Informação e Sensibilização | Formato Verde | 35,18% | 1.000,00 € | 66,84 € |
| Plataforma de Valorização de | Florestal | 35,18% | 35.150,00 € | 2.349,50 € |



| Componente | Fornecedor | Comparticipação (19%) | Valor Total | Valor Imputado |
|---|---------------------|-----------------------|--------------|----------------|
| resíduos volumosos | | | | |
| Acções Informação e Sensibilização | Temática Especifica | 35,18% | 5.971,50 € | 399,15 € |
| Equipamentos Móveis de Apoio | G.Höfle | 35,18% | 19.000,00 € | 1.270,00 € |
| TOTAL - PEDIDO 7 | | | 99.083,50 € | 6.622,94 € |
| Estudos e Projectos | CNP | 35,18% | 8.250,00 € | 551,45 € |
| Fiscalização | CNP | 35,18% | 4.738,00 € | 316,70 € |
| Fiscalização | CNP | 35,18% | 4.738,00 € | 316,70 € |
| Fiscalização | CNP | 35,18% | 4.738,00 € | 316,70 € |
| Fiscalização | CNP | 35,18% | 4.738,00 € | 316,70 € |
| Construção da Estação de Triagem | Clemente & Silva | 35,18% | 23.328,23 € | 1.559,31 € |
| Construção da Estação de Triagem | Clemente & Silva | 35,18% | 12.697,68 € | 848,74 € |
| Construção da Estação de Triagem | Clemente & Silva | 35,18% | 36.433,95 € | 2.435,32 € |
| Construção da Estação de Triagem | Clemente & Silva | 35,18% | 115.318,26 € | 7.708,10 € |
| Plataforma de Valorização de resíduos volumosos | ABB | 35,18% | 5.480,98 € | 366,36 € |
| Plataforma de Valorização de resíduos volumosos | ABB | 35,18% | 108.857,70 € | 7.276,27 € |
| Plataforma de Valorização de resíduos volumosos | ABB | 35,18% | 65.422,89 € | 4.373,00 € |
| Plataforma de Valorização de resíduos volumosos | ABB | 35,18% | 135.425,53 € | 9.052,11 € |
| Plataforma de Valorização de resíduos volumosos | ABB | 35,18% | 76.398,17 € | 5.106,61 € |
| TOTAL - PEDIDO 8 | | | 606.565,39 € | 40.544,04 € |
| TOTAL | | | | 47 166,98 € |

Propomos à consideração superior o pagamento da referida verba”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “Para dar aprovação é fundamental saber que procedimentos de contratação pública foram adoptados para o efeito. É curial que os respectivos processos acompanhem o assunto que vai a decisão de câmara. Decidir sem ter o processo disponível é o mesmo que passar cheques em branco! Como se explica que os fornecedores surjam diversas vezes mencionados sobre o mesmo assunto (ex. acções de

sensibilização) a par de montantes diversos? Significa que são valores correspondentes a diversos contratos? Se sim, era fundamental conhecer esses contratos e os processos que lhes deram origem! Se não, ou seja, se correspondem a um único contrato, continua a ser importante saber que processo está na sua base. Pelo extracto apresentado, a informação fornecida ao órgão camarário e as declarações dos vereadores do Partido Socialista no decurso da reunião são insuficientes para permitir tomadas de decisão fundadas técnica e legalmente, por isso abstermo-nos”. -----

CASFIG, EEM (COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES) – ATRIBUIÇÃO DE DUAS HABITAÇÕES VAGAS POR RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO – Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta para atribuição de 2 habitações vagas por rescisão de contrato de arrendamento, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião de 30 de Abril de 2009. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

CASFIG, EEM (COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES) – REALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE UM AGREGADO FAMILIAR NA SEQUÊNCIA DE UM INCÊNDIO – Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta para realojamento temporário de um agregado familiar na sequência de um incêndio ocorrido, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião de 30 de Abril de 2009. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica



arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CASFIG, EEM (COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES) – CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE HABITAÇÃO – Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta de cedência temporária de habitação, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião de 30 de Abril de 2009. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PARCERIA ABAE/ MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO-ESCOLAS – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Considerando que o programa Eco-Escolas é um Programa Internacional que pretende encorajar acções e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental, fornecendo, fundamentalmente, metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho. Considerando que o programa procura estimular o hábito de participação envolvendo activamente as crianças e os jovens na tomada de decisões e implementação das acções. Considerando que o programa pretende motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adopção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário. Considerando que a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), reconhece o trabalho das escolas galardoando as melhores com a atribuição da Bandeira Verde Eco-Escolas. Considerando que no Concelho de Guimarães estão inscritas as seguintes escolas para o ano 2008/2009: EB1/JI da Cruz d’ Argola; Escola Secundária Martins

Sarmento; Escola EB 2,3 das Caldas das Taipas; EB1 do Pinheiral; Escola EB 2,3 Abel Salazar – Ronfe; JI Calçada e EB1 de Monte – Vermil; Escola Profissional Cisave; EB1/JI Vieite – Sande S. Clemente. Considerando o interesse do Município nas questões ambientais e da educação para a sustentabilidade. Considerando a importância do Município em aderir ao Programa Eco-Escolas, como já tem acontecido em anos anteriores. A colaboração do Município será: - Compromisso de apoio às escolas nas suas iniciativas, no quadro das suas disponibilidades; - Contribuição de 20.00 euros por cada escola inscrita; - Contribuição para atribuição do Galardão de 50.00 euros por cada escola galardoada com a Bandeira Verde. Neste contexto propomos ao Sr. Presidente a adesão ao Programa Eco-Escolas através da assinatura do Programa de Parceria em anexo”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – SALÃO INTERNACIONAL DE PINTURA NAIF – PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Galeria de Arte do Casino Estoril vai realizar o XXX Salão Internacional de Pintura Naif, que desde, há vários anos, é patrocinado pela Câmara Municipal de Guimarães através da atribuição de um prémio à melhor obra concorrente. O trabalho premiado reverte para o Município, passando a integrar o espólio do Museu de Arte Primitiva Moderna. Considerando o interesse cultural e o prestígio crescente da iniciativa, proponho, a exemplo dos anos anteriores, que seja patrocinado com a verba de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) o Prémio Câmara Municipal de Guimarães, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.08.02. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – APOIO À ACTIVIDADE EDITORIAL – Presente a acta da Comissão de Selecção da Comissão Consultiva prevista no Regulamento para Apoio à Actividade Editorial para, nos termos do referido Regulamento, proceder à apreciação dos pedidos de apoio a edição, reedição e aquisição de livros. Foi apreciado o pedido de aquisição de livros editados e a editar. Em resultado da respectiva apreciação a Comissão decidiu propor a aquisição dos seguintes livros: cinquenta exemplares do livro “S. Martinho de Candoso, Ontem e Hoje”, ao preço por capa de €11,17, o que perfaz um total de €558,60 (quinhentos e cinquenta e oito euros e sessenta cêntimos) (IVA incluído); cinquenta exemplares do livro “Este Chão Esta Cidade”, ao preço por capa de €15,00, o que perfaz um total de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) (IVA incluído); cinquenta exemplares do livro “Como cosi o mundo”, ao preço unitário de €10,00, o que perfaz um total de €500,00 (quinhentos euros) (IVA incluído). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 08.01 e na unidade económica 07.01.10.02. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 23 de Abril de 2009, para atribuição de uma Bolsa de Investigação a António Fernandes Gonçalves, considerando a importância da temática para o conhecimento e aprofundamento da História Local. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS DE ACORDO COM O

**REGULAMENTO MUNICIPAL – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS
CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –**

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2.º do Regulamento Municipal n.º 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação os despachos do Sr. Presidente que aprovaram os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O anexo à informação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS
SOCIAIS DESFAVORECIDOS –**

Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea b) do artigo 17º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO
PINHEIRAL – FREGUESIA DE SANDE S. CLEMENTE –**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação da Câmara Municipal a alteração ao trânsito na freguesia de Sande S. Clemente, assinalada na planta anexa. A sua elaboração tem por objectivo melhorar as



condições de circulação e segurança rodoviária na Rua do pinheiral”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 16 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante os meses de Março e Abril o transporte, em viaturas da Câmara para apoio à valência do banco social – 327 Km. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação do transporte concedido”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante o mes de Abril o transporte, em viaturas da Câmara, para distribuição de alimentos a famílias carenciadas – 698 Km. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação dos transportes concedidos”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na**

discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de Abril de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante o mês de Abril o transporte, em viaturas da Câmara, para apoio à valência do banco social – 126 Km. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação dos transportes concedidos”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 27 de Abril de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de 22 crianças e 3 adultos às instalações de um ginásio, no passado dia 28 de Abril. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Abril de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, dos alunos de duas turmas à ETA – Estação de Tratamento de Águas, no próximo dia 14 de Maio. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE



DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 25 alunos da EB1/JI de Vinha – Atães, no dia 11 de Maio à Biblioteca da EB 2,3 de S. Torcato. Considerando que se trata de uma deslocação de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas do vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 20 alunos da EB1/JI Chã de Bouça – Atães, no dia 21 de Maio à Biblioteca da EB 2,3 de S. Torcato. Considerando que se trata de uma deslocação de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – AQUISIÇÃO DE TELA DE IMPERMEABILIZAÇÃO PARA O PARQUE DESPORTIVO E DE LAZER DE SOUTO SANTA MARIA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Souto Santa Maria pretende dotar o Parque de Lazer de um pequeno lago com pista desportiva. Este Parque, com diversas valências, nomeadamente pavilhão, campo de jogos, parque infantil, parque de merendas e percursos

pedonais arborizados, serve um conjunto de freguesias Assim, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €20.000,00 (vinte mil euros) à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria para a aquisição de uma tela para impermeabilização do lago do Parque Desportivo e de Lazer”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – COMEMORAÇÕES DO 125.º ANIVERSÁRIO DE “O COMÉRCIO DE GUIMARÃES” – Presente a seguinte proposta:

“A “Guimapress, SA”, empresa proprietária de “O Comércio de Guimarães” vai promover as comemorações do seu 125º aniversário, no próximo dia 15 de Maio, com a realização de um espectáculo musical em que actuarão os artistas vimaranenses Sofia Escobar, Pedro Pereira, Pedro Morais Andrade, Sofia Ribeiro, Manuel d’Oliveira, Nuno Cachada, Emanuel Salvador e Rafaela Salvador, vários deles revelações em países estrangeiros, que terá lugar no auditório do Centro de Artes e Espectáculos S. Mamede. Esta iniciativa insere-se em comemorações mais alargadas que pretendem assinalar em Guimarães, para além da data da fundação do jornal, o ano de 1884, em que igualmente foi criada a Escola Secundária Francisco de Holanda, instalada a linha férrea Guimarães – Trofa, realizada a I Exposição Industrial de Guimarães e iniciada a publicação da “Revista de Guimarães” da Sociedade Martins Sarmento. Considerando o interesse municipal destas comemorações, de grande significado na história local, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal se associe a este evento com uma verba de €2 500 (dois mil e quinhentos euros)”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa,



José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. CRISTÓVÃO DE ABAÇÃO – CAPELA MORTUÁRIA – Presente a

seguinte proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Abação solicitou a esta Câmara Municipal, um apoio financeiro para fazer face às despesas com a construção da Capela Mortuária, sendo o seu custo total de €100.000,00. Dado o interesse da obra para a Comunidade Local, proponho a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Abação no valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros).

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da

agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE GUIMARÃES – 25ª CONFRATERNIZAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “Os Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Guimarães, hoje Escola Secundária Francisco de Holanda, vêm organizando, desde há vinte e cinco anos, um encontro anual de confraternização entre gerações de vimaranenses que iniciaram a sua vida cívica e cultural quando frequentaram aquela escola. O Encontro engloba sempre um programa cultural com ampla participação, representativa de múltiplos sectores da nossa sociedade local, e tem recebido apoio municipal. A exemplo dos anos anteriores, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que seja concedido à Escola Secundária Francisco de Holanda o subsídio de €500,00 (quinhentos euros) para a organização da 25ª confraternização dos antigos alunos e de €175,00 (cento e setenta e cinco euros) para atribuição de uma



bolsa de apoio ao melhor aluno do ano lectivo 2007/2008 da mesma escola”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO EM SERZEDO – Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais promove no próximo dia 1 de Maio em Serzedo um Grande Prémio de Atletismo, iniciativa já realizada em anos anteriores, e que prevê a participação de 400 atletas de vários escalões. Considerando o interesse na dinamização da actividade desportiva, proponho a ratificação do meu despacho que deferiu a oferta de cinco troféus pertencentes ao espólio municipal à organização

da referida prova para atribuição aos vencedores dos diferentes escalões.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – ANDDI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES INTELECTUAIS – PARTICIPAÇÃO NO GLOBAL GAMES –

Presente a seguinte proposta: “A ANDDI – Associação Nacional de Desporto para Deficientes Intelectuais vem participando em várias competições desportivas, a nível internacional, entre as quais o Global Games que decorrerá de 3 a 12 de Junho. Na equipa que representará Portugal, incluem-se três atletas de Guimarães. No seguimento do apoio concedido no ano passado em que também participou um atleta vimaranense, a ANDDI solicitou apoio à Câmara Municipal. Considerando o valor social do trabalho realizado por esta Associação e o estímulo que constitui para os referidos atletas locais a sua participação, proponho a atribuição de um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), igual ao ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002



(nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ARQUIDIOCESE DE BRAGA – INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO DAS IGREJAS NOSSA SENHORA DA PENHA, SANTA MARINHA DA COSTA E S. SEBASTIÃO –

Presente a seguinte proposta: “Na reunião de 18 de Dezembro passado, a Câmara Municipal deliberou apoiar o Instituto de História e Arte Cristãs da Arquidiocese de Braga na inventariação do património das Igrejas de Nossa Senhora da Penha, Santa Marinha da Costa e S. Sebastião, incluindo a concessão, com encargos, de um estágio profissional nos serviços da Câmara. Comunica agora o referido Instituto que não foi possível o apoio do IEFP para a realização do referido estágio, pelo que o trabalho de inventariação será realizado sem esse recurso, e solicita que a Câmara lhe conceda o montante que iria despende e que corresponde a €3.200,00, 33% do valor global do contrato. Considerando o interesse na inclusão do património a inventariar na divulgação turística do concelho e a importância da sua preservação, proponho a atribuição de um subsídio de €3. 200,00 (três mil e duzentos euros) à Arquidiocese de Braga, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes,

Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – COPRO NACIONAL DE ESCUTAS – ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES – Presente a seguinte proposta: “O Corpo Nacional de Escutas (CNE) vai realizar, em Guimarães, nos próximos dias 29, 30 e 31 de Maio, um Encontro Nacional de Dirigentes de todo o País, incluindo as Regiões Autónomas, que terá como tema: “Afonso Henriques, o Primeiro Português” e onde participarão cerca de 300 dirigentes. A estadia será em acampamento no Parque de Campismo da Penha e as deslocações Cidade/Penha serão realizadas no Teleférico. No Sábado, 30 de Maio, serão instaladas no centro da cidade, oficinas de artes tradicionais e terá lugar um “safari” fotográfico dedicado a Afonso Henriques e à colina sagrada. Considerando o interesse nacional da iniciativa e o custo das despesas nos equipamentos geridos pela Turipenha



que serão suportadas pela organização, proponho que seja concedido um subsídio de €1.200,00 (mil e duzentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 39 a 41 e 43 a 45 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA DO CORPO DE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande Vila Nova solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Corpo de Deus, que se realiza entre os próximos dias 6 a 10 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €150,55 pelo que se

propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa do Corpo de Deus, num máximo de €75,28 (setenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 46 a 48 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA DE SANTO ANTÓNIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Comissão de Culto da Capela de Santo António d’ Arcela solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Santo António, que se realiza entre os próximos dias 10 e 14 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €133,71 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um



subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Santo António, num máximo de €66,85 (sessenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 46 a 48 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA – FESTA DA TERCEIRA IDADE E 16.º FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício do Grupo Folclórico de Polvoreira solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa da Terceira Idade e 16.º Festival de Folclore, que se realiza nos próximos dias 5 e 6 de Setembro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €30,31 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Polvoreira, de um subsídio

correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa da Terceira Idade e 16.º Festival de Folclore, num máximo de €15,15 (quinze euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 46 a 48 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 9 Fls. _____

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE MAIO DE 2009

|

|